

Défi ce orçamental 4,6%: missão impossível III



por Tiago Caiado Guerreiro
Advogado Fiscalista

Nos últimos 10 anos, o país não só não se reformou e adaptou às mudanças como esbanjou e gastou improdutivamente. A missão do Governo, caso decida aceitá-la, consiste em reduzir o défi ce orçamental de 6% para 4,6% no prazo de um ano.

A história passa-se num país à beira mar plantado que nos últimos 10 anos, não só não se reformou e adaptou às mudanças que ocorriam no mundo, mas esbanjou e gastou improdutivamente os recursos que tinha através de um aumento de quase 1% anual do peso da despesa pública no PIB.

Como na missão impossível, vários Governos de 1995-2005 negarão veementemente o seu envolvimento nesta crise, caso a missão corra mal.

Para o êxito desta missão, são dados dois instrumentos que o Governo consegue controlar e que dele dependem: a receita pública, nomeadamente, a derivada dos impostos e a despesa pública.

Do lado dos instrumentos que não controla, estão o aumento das taxas de juro e a subida do preço das matérias-primas, nomeadamente, do petróleo. De controlo muito relativo, no curto prazo, estão a quebra do consumo privado e do aumento do desemprego.

Apesar do esforço reformista e mérito do Governo, de que são exemplos, a Reforma do Arrendamento Urbano, o aumento da idade da reforma, o regime da mobilidade da administração pública, os pacotes de desburocratização com a constituição da “Empresa na Hora”, a Lei das Finanças Locais etc., penso que esta missão impossível não terá êxito.

Para que tenha êxito, será necessário ganhar algum tempo através do recurso a receitas de carácter extraordinário, a uma contabilidade criativa e ao acelerar das reformas económicas e sociais em curso.

Os Quatro Cavaleiros do Apocalipse do défi ce de 4,6% são os seguintes:

Quebra do consumo. O consumo é o grande motor da receita fiscal portuguesa. O Governo estima que os impostos directos representarão em 2006 cerca de 12 mil milhões de Euros, mas os impostos sobre o consumo representarão quase o dobro, 20 mil milhões de euros. Embora, o Governo espere que haja um aumento da receita dos impostos indirectos de 7,8%, tal número parece-me impossível de alcançar. Senão vejamos: no mercado automóvel as vendas decresceram 5,9% no primeiro semestre de 2006; o consumo de combustíveis caiu 5,8% no primeiro trimestre; as vendas de habitação própria estão em clara redução; a quebra da receita de imposto sobre o tabaco foi muito significativa.

Aumento das taxas de juro. As taxas de juro encontram-se num ciclo de crescimento, tornando o serviço da dívida pública muito mais caro. A agravar a situação, o aumento das taxas de juro gera um aumento do endividamento das famílias e empresas sem qualquer aumento do consumo ou investimento, dando origem a uma quebra da receita fiscal.

Aumento do desemprego. Com o aumento do desemprego, reduz-se consumo e a receita fiscal daí derivada.

Por outro lado, o desemprego gera, igualmente, menos receita em sede de IRS e Segurança Social, e um consequente aumento da despesa pública através da concessão de subsídios de desemprego.

O desemprego provoca simultaneamente uma diminuição das receitas fiscais e um aumento das despesas públicas.

Aumento da despesa pública e os sintomas do “stress fiscal” dos contribuintes. De acordo com o Boletim de Execução Orçamental verifica-se um aumento considerável da despesa pública no presente ano.

A curva de Laffer, explica-nos o seguinte: numa determinada sociedade, os impostos podem ser aumentados até determinado ponto, sendo que inicialmente a um aumento de impostos corresponde a um aumento proporcional da receita fiscal. Após atingido um determinado patamar, de um aumento dos impostos, resultará um aumento das receitas fiscais menos que proporcional. Penso ser essa a fase em que Portugal actualmente se encontra. Se houver mais aumento de impostos, em princípio, verificar-se-á o chamado “0 fiscal”, no qual o aumento dos impostos dará origem a uma descida da receita fiscal.

Assim, não resta a este Governo senão uma forma de concluir a missão impossível III. Acelerar e aprofundar as reformas estruturais, nomeadamente no lado da despesa, sem o qual o deficit de 4, 6% estará condenado ao fracasso.

Julho, 2006